



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681066 - MS (2021/0224469-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : NANCY KELLY DE SOUZA ALMADA FONSECA E OUTRO
ADVOGADOS : IRAJÁ PEREIRA MESSIAS - MS002399B
NANCY KELLY DE SOUZA ALMADA FONSECA - MS017263
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : EDER OLIVEIRA MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDER OLIVEIRA MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Recurso em Sentido Estrito n. 0801880-71.2020.8.12.0005).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas, corrupção, fraude processual e organização criminosa.

Ao acolher o recurso em sentido estrito no Ministério Público, o Tribunal de origem assim decidiu (fl. 12):

EMENTA – RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL – PRISÃO PREVENTIVA CONVERTIDA EM DOMICILIAR – AUSÊNCIA DE FATO OU ARGUMENTO NOVO QUE ENSEJASSE A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – VIOLAÇÃO À ACÓRDÃO QUE JÁ HAVIA DETERMINADO A PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRIDO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I – Em tendo sido julgado pelo Tribunal, por intermédio de recurso em sentido estrito, que o recorrido deveria permanecer preso preventivamente, há evidente violação ao r. Acórdão a decisão singular que determina a revogação da prisão preventiva, em caso de reanálise após 90 dias, sem destacar qualquer fato ou argumento novo que desconstitua o julgado, devendo, portanto, tal decisum ser cassado, com a consequente prevalência do resultado do julgamento proferido pela 1ª Câmara Criminal, nos autos de n.º 0900025-65.2020.8.12.0005. II – Recurso conhecido e provido.

Os impetrantes sustentam que o acusado encontra-se preso preventivamente

há mais de 2 anos sem culpa formada, aduzindo também a ausência de fundamentação para justificar a necessidade da medida, visto que os processos estão em fase final.

Asseveram a nulidade da decisão que decretou a custódia cautelar, ressaltando que a competência para revisão da prisão preventiva nos termos do art. 316 do CPP é do juízo de primeiro grau e que o Tribunal de origem não poderia revogar a prisão domiciliar.

Requerem, liminarmente, a colocação do paciente em liberdade com a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente